



R. Marquês Sá da Bandeira, 74, 2º
1069-076 Lisboa, Portugal
Tel. +351 217-611-510
Fax. +351 217-611-529
E-mail. celpa@celpa.pt
<http://www.celpa.pt>

Posição CELPA

Associação da Indústria Papeleira

Para: Presidente do Grupo de Trabalho PNALE
De: CELPA / Luís Costa Leal
Estatuto: Documento Público
Data: 15 de Junho de 2006
Assunto: Comentários à Proposta de PNALE 2008-2012
Versão para Consulta Pública de 1 de Junho de 2006

Sobre o Processo

A CELPA lamenta o atraso com que foi disponibilizado o *draft* de PNALE 2008-2012. Este é um assunto de enorme seriedade e de importância capital na vida e desenvolvimento das empresas portuguesas e merecia, portanto, um maior período de interação entre o governo português e as partes interessadas, particularmente com as instalações cobertas pelo CELE.

A CELPA regista com preocupação o curto espaço de tempo de consulta pública disponibilizado (8 dias úteis), claramente insuficiente para analisar com detalhe e profundidade todas as implicações que um documento desta natureza naturalmente suscita.

Esta preocupação é reforçada pela deficiente informação disponibilizada juntamente com o *draft*:

- Ausência de PNAC 2006

O PNAC 2006 é o documento que supostamente fundamenta o esforço de redução imposto ao CELE. No entanto, o seu conteúdo é ainda desconhecido do público e o que se conhece do documento é um conjunto de grandes números, com um nível de agregação que não permite qualquer análise crítica dos mesmos.

A CELPA criticou no passado muitos dos pressupostos do PNAC como pouco coincidentes com as nossas próprias expectativas de desenvolvimento, pelo que somos agora “forçados” a aceitar como correctos os fundamentos do PNAC 2006.

- Agregação por sectores nos anexos confusa e projecções erradas

Os quadros do anexo 1 têm um detalhe manifestamente insuficiente e, sem conhecimento detalhado do PNAC 2006, incriticáveis e, por conseguinte, não trabalháveis.

O quadro de “novas cogerações” é particularmente confuso e deve ser clarificado e/ou corrigido. Estão previstas várias novas cogerações no sector pasta e papel, de que foi dado conhecimento ao grupo de trabalho PNALE. Nenhuma delas figura neste quadro, nem como sector electroprodutor, nem como sector pasta e papel.

- Ausência de propostas de atribuição empresa a empresa

Embora a metodologia descrita no *draft* seja de aplicação clara e tenha sido disponibilizado entretanto a proposta de FMEC aplicável, ainda não são conhecidas as propostas de atribuição, instalação a instalação.

- Metodologia de novos entrantes ainda desconhecida

A metodologia geral remete, nalguns casos excepcionais, para a metodologia aplicável aos novos entrantes. Acontece que, tal como com o PNAC 2006, essa metodologia ainda não é conhecida de um modo que permita realizar qualquer tipo de análise séria do seu impacto.

Em resumo, a CELPA considera que este processo começou muito atrasado e está agora a ser conduzido com demasiada pressa. A informação agora disponibilizada é manifestamente insuficiente e não permite, portanto, uma análise séria do que se exige às empresas em termos de redução de emissões de gases com efeito de estufa.

A CELPA reclama, portanto, de forma veemente contra a falta de transparência relativamente aos montantes e esforço de redução a exigir à indústria e contra a falta de informação de base (PNAC 2006) que permita uma análise séria do esforço exigido.

Sobre o Tecto PNALE

Existe uma incongruência sobre o tecto atribuído ao CELE no draft do PNALE entre o estipulado na página 6, 1º Parágrafo (33,93 MtonCO₂/ano INCLUINDO reserva) e na página 9, último parágrafo (33,93 MtonCO₂/ano APENAS para as instalações existentes)

Assumindo como correcto o valor da página 6, o tecto fixado para o PNALE 2008-2012 reduz-se em 4,23 MtonCO₂/ano, ou seja, reduz aproximadamente 11% relativamente ao tecto do PNALE 2005-2007 (38,16 MtonCO₂/ano).

O valor de redução a que supostamente o PNAC 2006 faz referência aponta para um esforço às empresas do CELE de 1,87 MtonCO₂/ano. O esforço real exigido é, na verdade, 2,3 vezes superior.

Com a redefinição do novo âmbito da directiva, decorrente da harmonização entre Estados-membro do conceito de instalação de combustão (que introduz no sistema novas instalações, principalmente dos sectores químico e alimentar) e da interpretação de capacidade instalada no caso do sector cerâmico (que retira instalações actualmente existentes do sistema) deverá ocorrer uma entrada líquida de novas instalações num valor de 0,74 MtonCO₂/ano.

As emissões atribuídas em 2005 às instalações cobertas pelo sistema foram de 36,90 MtonCO₂ o que somado aos 0,74 do alargamento de âmbito resulta num valor de 37,64 MtonCO₂/ano. Se ao novo tecto retirarmos 10% para a reserva de novos entrantes (valor não oficial, mas que tem sido avançado informalmente) resulta um valor de 30,54 MtonCO₂/ano disponíveis para as instalações existentes.

Em conclusão o novo PNALE resulta, para as empresas existentes, num esforço de redução médio que se aproximará dos 19%, muito longe dos 9% ou 1,87 MtonCO₂/ano – valor avançado pelo governo e amplamente difundido pela imprensa.

Assim, na opinião da CELPA deverá ser feita uma correcção do valor a atribuir para 36,29 MtonCO₂/ano (tecto do anterior PNALE menos esforço anunciado para o CELE = 38,16 - 1,87). Considera também ser estranha a referência a 33,93 MtonCO₂/ano como tecto a atribuir no CELE para duas realidades distintas, não sendo admissível que para um assunto desta natureza e dados os reduzidos prazos para consulta, existam este tipo de incorrecções no documento.

Adicionalmente, a CELPA reclama de forma veemente contra esta desinformação intencional da opinião pública, em que o governo faz crer que está a pedir às empresas do CELE um esforço de “apenas” 9%, quando na verdade exige, em média, o dobro.

Sobre a Metodologia de Atribuição

As simulações realizadas, com base na metodologia exposta no draft e no FMEC disponibilizado pela DGGE, conduzem, nas associadas da CELPA, a reduções muito mais substanciais do que o que foi avançado nas reuniões preparatórias. O sector não aceita um esforço de redução de 30%, face ao PNALE 2005-2007, muito superior ao dos outros sectores CELE.

Este esforço de redução é inaceitável para um sector que contribui com cerca de 1% do PIB Nacional, 4,5% do PIB Industrial, 3% do VAB Nacional e com 4,6% do valor das exportações nacionais de mercadorias.

Este esforço de redução é inaceitável também por razões concorrenciais, visto este ser um sector extremamente aberto à concorrência externa e orientado para a exportação de mercadorias. Muitos dos actuais clientes das exportações papeleiras portuguesas poderão vir a encontrar produtos substitutos provenientes da América Latina, se a situação concorrencial nacional se degradar, entre outros, devido ao mercado de CO₂.

Este esforço de redução é extremamente injusto e decorre em larga medida da grande dinâmica de investimentos deste sector, na utilização de biomassa para energia, e na conversão para gás natural. Estes desenvolvimentos, a todos os níveis notáveis, mereciam uma discriminação positiva por parte do Governo. O sector pasta e papel vê, pelo contrário, serem recompensados por esta metodologia as instalações que pouco ou nada fizeram pela eficiência energética e pela utilização de combustíveis adequados, enquanto que o sector com o menor factor de emissão CELE se vê obrigado a uma redução absolutamente desproporcional!

Este esforço de redução é também injusto porque existe uma impossibilidade técnica e/ou económica de utilização ou reconversão, por alguns equipamentos, de combustíveis com factor de emissão igual ou inferior ao FMEC sectorial. Estão nesta situação, por exemplo, os fornos de cal nas instalações que produzam pasta para papel pelo método "ao sulfato".

Finalmente, este esforço de redução é injusto porque algumas instalações têm uma impossibilidade de acesso a combustíveis com factor de emissão igual ou inferior ao FMEC sectorial (Gás Natural, por ex.).

Os factores de emissão, muito baixos, atingidos pelo sector papeleiro devem-se fundamentalmente à utilização de biomassa em cogeração. As empresas que já se encontram há mais tempo nessa situação receberão, com esta metodologia, uma quantidade de licenças de emissão muito reduzida.

A CELPA chama a atenção para o facto de que o mercado de biomassa em Portugal ser extremamente incipiente e de dimensão ainda largamente desconhecida¹. Por outro lado, a procura de biomassa para energia irá, num futuro próximo, ser largamente aumentada, quer pelos projectos energéticos lançados recentemente pelo governo, quer pela procura de sectores industriais não tradicionais, mas de grande dimensão potencial (cimentos, por ex.).

O cruzamento de mercado incipiente com um aumento brutal de procura deixa as empresas já hoje muito dependentes de biomassa numa situação de alto risco face a uma ruptura potencial de abastecimento. Nessa situação, a necessária substituição de biomassa por um qualquer combustível fóssil, traduzir-se-á numa necessidade líquida de compra de licenças de emissão, o que penalizará essencialmente as instalações que, já hoje, contribuem de forma mais positiva para o desiderato de Quioto.

Para mitigar esta situação a CELPA propõe duas metodologias complementares da metodologia geral:

1. Aplicação de um "Factor de Risco de Abastecimento Biomassa"

- Aplicável a todos os utilizadores de biomassa.
- = Substituição de 15% de biomassa (não licor negro), expresso em energia, por um combustível fóssil. As emissões correspondentes a esse combustível seriam atribuídas à instalação.
- Funcionaria como um "seguro/prémio" para todas as instalações utilizadoras de biomassa, tanto maior quanto maior a quantidade/risco de biomassa associada.

2. Criação de um FmEC – Factor **Mínimo** de Emissões de Combustão

- = 15% do FMEC (8,37 kg/GJ).
- Aplicável quando o factor de emissão de uma dada instalação se situe abaixo desse valor.
- Funcionaria como um "seguro/prémio" para instalações com excepcional contribuição positiva para o Protocolo de Quioto e com diminutas possibilidades futuras de redução.

¹ As quantidades de biomassa disponíveis para energia em Portugal são ainda altamente disputados, devido a lacunas de conhecimento e de dados recentes inventário florestal. Estas quantidades são também influenciadas pelo desenvolvimento, no futuro, de fenómenos não controláveis na totalidade, como os fogos florestais.